

ESTADUAIS

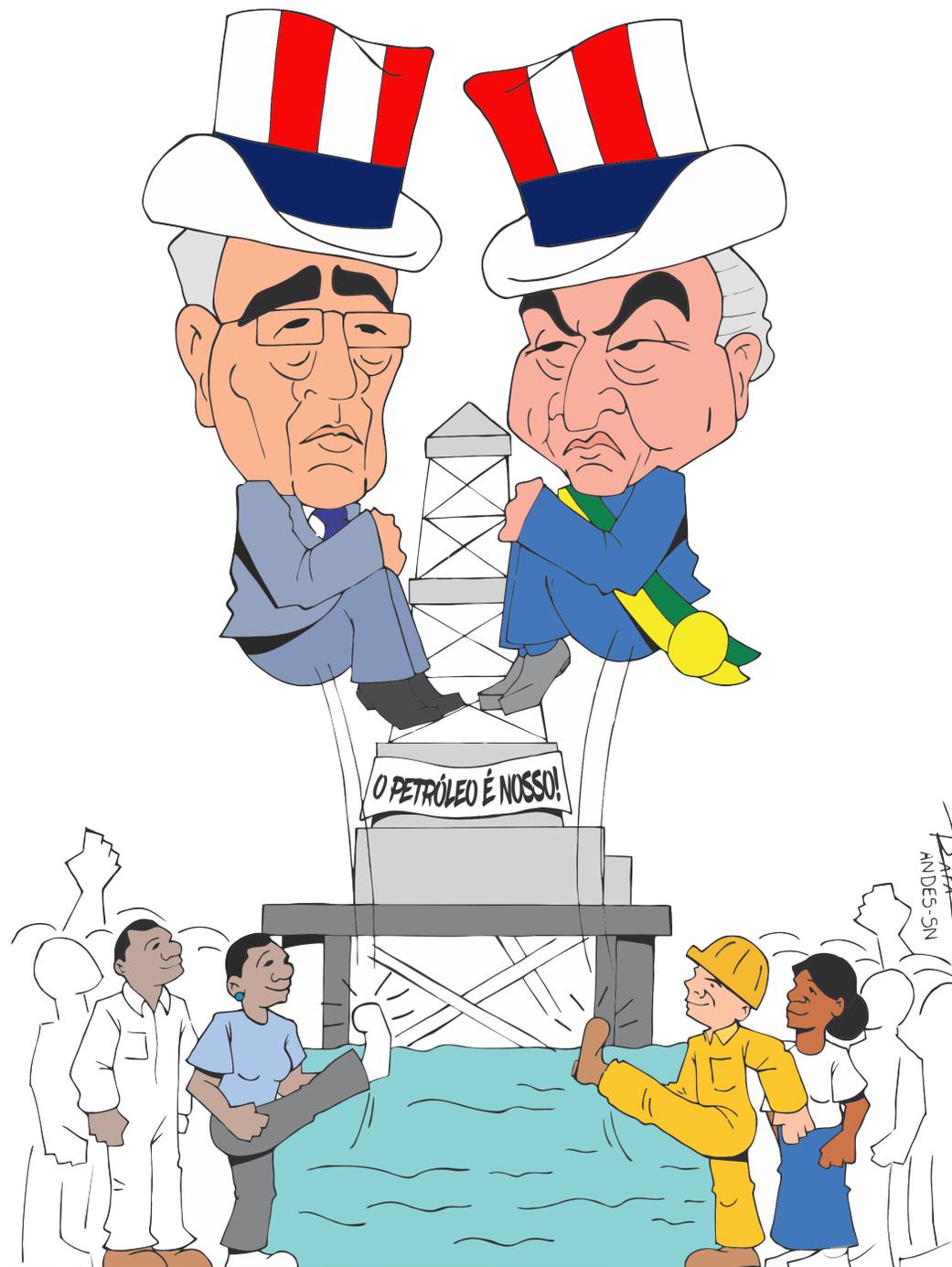
Com atos em vários estados, os docentes das IES/Imes realizaram a Semana Nacional de Lutas do setor, que foi marcada pela deflagração de greve na USP e na Unesp. **6 e 7**

EDUCAÇÃO FEDERAL

As instituições federais de ensino começam a sentir de forma mais aguda os impactos da Emenda Constitucional 95 – conhecida como Teto de Gastos - e do ajuste fiscal. **8 a 11**



QUEM MATOU MARIELLE?



O Petróleo é nosso!

Greve de caminhoneiros e petroleiros explicitam política de privatização da Petrobras

A greve de caminhoneiros, que teve início no dia 21 de maio e paralisou o país, escancarou a política de privatização da Petrobras e de precificação dos combustíveis no país. No dia 30 de maio, foi a vez dos petroleiros entrarem em greve, em defesa da empresa pública, que vem sendo ameaçada

de privatização.

A política de preços superelevados, praticada pela gestão de Pedro Parente, diminuiu a participação da Petrobras no mercado e abriu espaço para concorrentes internacionais, ameaçando ainda a soberania do país em um setor estratégico. **12 e 13**

Os cortes de verbas, as lutas de resistência e as consequências da EC 95

A emenda à Constituição (EC) nº 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal, promulgada no dia 15 de dezembro de 2016, destinada a impor um limite nas despesas primárias, tem o claro propósito garrotear as verbas destinadas aos serviços de interesse das camadas mais vulneráveis da população a fim de garantir recursos para o pagamento de juros da dívida, mantida por uma das maiores taxas de juros do mundo – que favorece ao setor financeiro e, principalmente, os detentores de títulos da dívida pública.

Sua aprovação não se deu sem resistência dos movimentos sociais e sindicais. No dia 29 de novembro de 2016, no dia da votação em primeiro turno, no Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16, mais de 40 mil estudantes, docentes, trabalhadores e trabalhadoras das mais diversas categorias ocuparam as ruas de Brasília e foram duramente reprimidos pelas forças policiais.

O primeiro Orçamento aprovado após a vigência da Emenda Constitucional (EC) 95/16, destinou R\$1,16 trilhão (1/3 do orçamento total) ao refinanciamento da dívida pública e R\$ 316 bilhões para o pagamento de juros da dívida pública. Em consonância com estes cortes, no dia 12 de março, o governo publicou no Diário Oficial da União a Lei nº 13.633, com um corte, dentre outros, dos investimentos no Ministério da Educação de R\$ 600.000.000.

Os cortes nas IES públicas federais já vinham ocorrendo de forma acelerada desde 2014, e no final de 2017 já somavam R\$ 3,38 bilhões, pari passo com o aumento do número de discentes, que passou de 589 mil, em 2006, para 1,1 milhão, em 2015.

Um dos resultados dessa política de austeridade voltada para os interesses do capital é a desestruturação do ensino público brasileiro, incluindo o desmonte do complexo de Ciência e Tecnologia pública, brasileiro, tendo nas Instituições de Ensino

Superior um dos alvos mais recorrentes. Universidades públicas o alvo principal. Os cortes de verbas promovidos pelo MEC inviabilizam o funcionamento das instituições federais de ensino superior, dos institutos públicos de pesquisa e agências de fomento e apoio à formação – caso do CNPq e da CAPES.

As Instituições Estaduais e municipais de Ensino Superior também têm sido alvo de um ataque sem precedentes dos governos estaduais e municipais, com cortes significativos cortes em investimento e custeio e congelamento dos direitos trabalhistas, além dos indignos atrasos e parcelamento de salários.

A luta contra a EC 95 reflete as disputas existentes na sociedade de classes, na qual a classe trabalhadora deve garantir o uso da verba pública, o fundo público, para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas, em contraposição aos detentores do capital, que sugam ao máximo o Estado por meio de políticas de subsídios econômicos, com destaque para os gastos com a dívida pública. Com a agudização das instituições públicas frente a impossibilidade de se manterem sem recursos, a mobilização pelo cancelamento da EC 95 começam a se intensificar.

A luta contra a política de privilegiar os interesses do setor privado em detrimento da população também se expressa na greve dos caminhoneiros e petroleiros, que lutam contra a privatização da Petrobras - um projeto longamente disputado pelo grande Capital imperialista, que não tolera sequer a existência de uma empresa de capital misto. Agora, no quadro da crise econômica e po-

lítica, que tem como pano de fundo a disputa pela propriedade e exploração do Pré-sal, a tentativa de privatização da estatal e de quebra da soberania nacional volta pelas mãos de Pedro Parente, cuja política de preços implementada na empresa e questionada pelas greves dos caminhoneiros e petroleiros, é um elemento central.

Diante desse cenário, as mobilizações e a resistência devem continuar de forma coesa entre os trabalhadores e trabalhadoras e estudantes, em unidade de ação, para derrubar todas as contrarreformas em curso, produto da agenda regressiva do ilegítimo governo Temer, em defesa dos direitos sociais.

Ao mesmo tempo, a categoria demonstrou a confiança política no Sindicato Nacional para o enfrentamento das lutas vindouras ao comparecer em grande número no pleito eleitoral para escolha da próxima diretoria, realizado nos últimos 9 e 10 de maio. O sindicato saiu mais fortalecido, em sintonia com sua história de luta em defesa da universidade pública, reafirmando a sua tradição unitária, democrática e independente de governos.



EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretores responsáveis: Cláudio Ribeiro e Luís Eduardo Acosta

Redação: Bruna Yunes Drt-DF 9045, Mathias Rodrigues MTb 10126, Renata Maffezoli MTb 37322

Edição: Renata Maffezoli // Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes Drt-DF 13743

Fortaleza sediará pela quarta vez o Conad do ANDES-SN

O 63º Conad do Sindicato Nacional será realizado na cidade de Fortaleza (CE) entre os dias 28 de junho e 1º de julho. O evento será sediado pelo Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará (Sinduece – Seção Sindical do ANDES-SN), e terá como tema central “Por um projeto classista e democrático de educação pública: em defesa da gratuidade, autonomia e liberdade acadêmica”.

Esse será o quarto Conad do ANDES-SN realizado na capital cearense. A cidade de Fortaleza já recebeu o 24º Conad em 1992 (sediado por ADUFC e Adunifor), o 50º Conad em 2005 (sediado pela Adunifor) e o 55º Conad em 2010 (sediado pelo Sinduece-SSind). Ainda foram realizados, em Fortaleza, dois congressos do Sindicato Nacional, ambos sediados pela ADUFC: o 2º Congresso em 1986 e o 18º Congresso em 1999.

O 63º Conad marcará também a posse da nova diretoria do ANDES-SN, que estará à frente do Sindicato Nacional durante o biênio 2018-2020. A Chapa 1 – ANDES Autônomo e de Luta venceu recentemente as eleições do Sindicato Nacional, com 51,71% dos votos (8732) dos eleitores que compareceram às urnas de todo o país nos dias 9 e 10 de maio. Antônio Gonçalves, docente de medicina da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), assumirá o cargo de presidente do Sindicato Nacional. Ele será o 18º presidente da história do ANDES-SN.

As lutas na Uece

Sâmbara Paula, presidente do Sinduece-SSind, afirma que é importante para uma universidade pública nordeste, com a precarização de uma universidade estadual, receber um evento nacional do ANDES-SN para poder mostrar sua realidade às outras seções sindicais do país. “Esperamos socializar nossas dificuldades e lutas com os docentes dos outros lugares do país”, conta a docente. “Nesse período de ataques aos direitos e de recrudescimento do conservadorismo eventos como esse são fundamentais para manter vivo e atuante o movimento docente”, completa Sâmbara.

A presidente do Sinduece-SSind ressalta que os docentes da Uece estão mobilizados, lutando pela realização de

concursos públicos para a instituição. De acordo com Sâmbara, há um déficit de mais de 400 docentes efetivos na universidade. “As universidades estaduais cearenses também têm sofrido com os cortes de orçamento desde o ano de 2014, o que atinge as condições de ensino, estudo e trabalho. A nossa luta é para barrar esse ataque”, critica. Os docentes das universidades estaduais do Ceará também enfrentam uma defasagem salarial que chega aos 20%.

Os docentes da Uece, em conjunto com os docentes da Universidade Estadual do Vale do Acaraí (Uva) e da Universidade Estadual da Região do Cariri (Urca), travaram grandes lutas nos últimos anos para reivindicar a realização de concursos públicos, o reajuste salarial e maiores repasses orçamentários. Após uma

greve das três universidades em 2015, os docentes da Uece e da Uva voltaram a cruzar os braços, em 2016, para cobrar do governo cearense o cumprimento do acordo assinado no ano anterior.

Após cinco meses de greve, os docentes conquistaram verba complementar para os professores substitutos que garante reajuste próximo à inflação acumulada em 2015 (implantado em janeiro de 2017) e mais outra parcela de recursos para janeiro de 2018, que os colocaram à altura do Vencimento Base dos efetivos. A greve também conquistou o suporte financeiro para obras de infraestrutura, a publicação e implantação em folha dos processos relativos à carreira docente - ascensões, promoções, Dedicacões Exclusiva, que vinham sendo barrados desde 2015 – e a nomeação de professores concursados.



Mais de cem estudantes, professores e técnicos de IES foram assassinados pela ditadura

Os 21 anos da ditadura empresarial-militar no Brasil deixaram marcas que não se apagarão. Durante todo o período repressor (1964-1985), trabalhadores e estudantes engajaram-se em uma luta árdua contra o regime ditatorial e toda opressão vivida naqueles anos. Com o objetivo de lutar por democracia para o país, muitos destes foram presos, torturados e mortos. Oficialmente, o regime fez 434 vítimas fatais, segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). No entanto, imagina-se que esse número seja bem maior.

Dos 434 mortos e desaparecidos, 106 eram estudantes universitários, 12 docentes e 1 técnico-administrativo, o que representa quase um quarto do total de mortes, conforme o levantamento realizado pelo professor de História Política, Milton Pinheiro, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e um dos coordenadores da Comissão da Verdade do ANDES-SN. As informações foram obtidas após uma longa pesquisa nos registros do relatório da CNV; do Tortura Nunca Mais, movimento de luta dos familiares dos mortos, desaparecidos e torturados políticos; e arquivos como o da Biblioteca Nacional, do Centro de Documentação e Memória (Cedem) da Unesp, e Arquivo Público de São Paulo, entre outras fontes.

Segundo Milton Pinheiro, a ditadura tentou calar as vozes de estudantes, de professores e de funcionários. Muitos tiveram seus direitos públicos cassados, alguns foram expurgados, outros punidos e vários assassinados. Até hoje, familiares lutam pelo direito de enterrar os seus mortos.



FOTOS: INTERNET

“A ditadura focou muito no combate à resistência dentro da universidade brasileira. Para além do autoritarismo, da mudança do estatuto, regimentos, das comissões de seguranças internas – que vigiavam professores, técnico e estudantes -, a ditadura se deteve naqueles que tinham vinculações com organizações de esquerda e a partir do mapeamento dessas organizações, eles começaram um processo de extermínio dessas pessoas, porque também era uma tentativa de exterminar o debate e a criticidade nas universidades”, disse Pinheiro.

Na lista levantada pelo pesquisador, consta um dos casos mais conhecidos e objeto de investigação da CNV, o do estudante Honestino Monteiro Guimarães, da Universidade de Brasília (UNB), de 26 anos,

que em razão da sua militância no movimento estudantil, foi preso quatro vezes. Na última prisão, no ano de 1973, nunca mais retornou. Seu atestado de óbito só foi entregue a família em 1996, 23 anos depois, e, ainda assim, incompleto: no documento, não constava a causa da morte.

Outro caso emblemático, é o da professora Ana Rosa Kucinski, do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), desaparecida em 1974 e demitida por “abandono de função”, quando todos sabiam que ela havia sido assassinada. 40 anos após o sequestro da professora por agentes da ditadura, a USP corrigiu o “equivoco” e anulou sua demissão por abandono de emprego.



COMISSÃO DA VERDADE DOS METALÚRGICOS

Os metalúrgicos de São José dos Campos revelaram em 2015, em sua própria Comissão da Verdade, a participação das empresas na repressão ao movimento operário da região, no período ditatorial. O relatório final é resultado de um ano de pesquisas no Arquivo Nacional e Deops, que comprovou que empresas nacionais, transnacionais e estatais vigiavam e forneciam ao governo empresarial-militar brasileiro informações sobre os trabalhadores e dirigentes sindicais que participavam de mobilizações nas fábricas da região. Entre

as 25 empresas citadas estão Embraer, General Motors e Volkswagen. Antes de divulgarem o relatório, uma parte dos estudos foi incluída no relatório da Comissão Nacional da Verdade que após a divulgação forçou a Volkswagen a investigar as relações da empresa com o aparato repressivo brasileiro. A empresa espionou seus trabalhadores e os dados foram repassados ao Dops. Há registros que indicam que funcionários foram torturados dentro da fábrica.



SEMINÁRIO COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

Nos dias 26 e 27 de abril desse ano, o ANDES-SN promoveu o Seminário da Comissão da Verdade do Sindicato Nacional, realizado no campus Butantã da USP, que discutiu temas como a repressão da ditadura, os ataques à autonomia e a democracia, e a continuidade estrutural do aparato repressivo nas universidades, além da exibição do documentário “Como a Volkswagen colaborou com a Ditadura”, produzido por uma televisão pública alemã.

Investigações locais

Após décadas de silêncio e de pressão popular para que se iniciasse uma investigação para apurar as graves violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, com foco principal a partir de 1964, em 2012 foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) que publicou um relatório em 2014, com mais de 3 mil páginas, sobre a época repressiva. Em 2013, o ANDES-SN criou a sua Comissão da Verdade, durante o 32º Congresso do ANDES-SN, ocorrido no Rio de Janeiro, para investigar fatos ocorridos durante a ditadura empresarial-militar contra docentes universitários, entre os anos de 1964 a 1985. E assim, sucessivamente, as universidades, entidades e sindicatos foram criando as suas comissões locais para indagar as atrocidades cometidas neste período.

Em março de 2018, o relatório final da Comissão da Verdade da USP revelou que o período ditatorial atingiu duramente docentes, funcionários e alunos da instituição. O relatório publicado, composto de 10 volumes, contém documentos que trazem luz aos fatos ocorridos na época como, por exemplo, a criação de um órgão que exercia o controle dentro da USP: Assessoria Especial de Segurança e Informação (Aesi). Criada em 1972, durante a gestão do reitor Miguel Reale, a Aesi atuava dentro da reitoria e tinha como finalidade “realizar triagem ideológica

de alunos, professores e funcionários”. Durante todo o período, a assessoria produziu inúmeros informes, que eram compartilhados com as Forças Armadas, com o Serviço Nacional de Informação (SNI), com o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) e com as polícias. “Em muitos casos, a vigilância resultou em prisão, morte, desaparecimento, privação de trabalho, proibição de matrícula e interrupção de pesquisa acadêmica na instituição”, afirma o documento.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não foi diferente. O controle e vigilância ocorriam dentro da universidade, de acordo com o documento apresentado em maio deste ano, por pesquisadores da Comissão da Memória e Verdade da instituição. A administração da UFSC participou ativamente ou se fez indiferente no processo de repressão e perseguição a professores, estudantes e servidores. Conforme o documento, em 1972 foi criado o órgão de Assessoria de Segurança e Informação (ASI) dentro da universidade, para aumentar a vigilância sobre os movimentos dos que contestavam a ditadura. “Ficou comprovado que o papel de espionagem, denúncia, censura, repressão e controle ideológico foi assumido em determinados períodos pela própria administração da UFSC através de membros desta ou do próprio Reitor, em consonância com os comandos militares e policiais”, diz o relatório.

No mês de abril, o Grupo de Trabalho

da Comissão da Verdade da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), em parceria com a Comissão da Verdade em Minas Gerais (COVEMG), publicou o relatório final que analisou as violações de direitos fundamentais ocorridas na comunidade universitária entre os anos de 1946 e 1988 e como se organizaram os movimentos de oposição à ditadura militar brasileira e o aparato repressivo na cidade de Ouro Preto. Estima-se que na cidade de Ouro Preto, dentre os procurados e presos no início de abril de 1964, 15 eram estudantes e 2 eram professores.

Em maio, os docentes da Universidade Federal Fluminense Wanderson Melo e Rafael Vieira lançaram o livro “Atitudes de Rebelia: as formas da universidade tecnocrática, o aparato vigilante/repressivo e as resistências dos professores da UFF durante a ditadura”, fruto do relatório final do projeto “Memórias da Ditadura na UFF”. De acordo com a documentação, 37 docentes da UFF foram cassados durante a ditadura empresarial militar no Brasil.

“O ANDES-SN reforça uma investigação em defesa da verdade, história e memória dos mortos e desaparecidos e, ao fazer isto, clama por justiça e conclama os trabalhadores para não deixarem que uma situação como essa se repita na história do nosso país, dos povos e dos trabalhadores. Esta é uma chaga da violência de um estado burguês que foi assassino em relação àqueles que lutam por um mundo diferente”, ressaltou Milton Pinheiro.

OPERAÇÃO CONDOR

A ditadura na América do Sul não atingiu isoladamente o Brasil. Outros países seguiram a cartilha dos Estados Unidos da América (EUA) e, incitados pela cruzada contra o comunismo, deflagraram golpes militares. Sabe-se que o governo estadunidense inspirou, financiou e deu assistência técnica à repressão em diversos países, inclusive

apoiando a criação por parte do governo chileno da Operação Condor, que foi uma aliança político-militar entre Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de coordenar - com a ajuda da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA -, a repressão aos opositores dos regimes militares instalados desde a década de 1960. Os agentes de

segurança latino-americanos receberam treinamento da CIA para orquestrar perseguições, sequestros, atentados e assassinatos, fabricação de bombas e ter conhecimento sobre os equipamentos de tortura elétrica e dos graus de choques que o corpo humano poderia resistir.

Semana Nacional de Lutas das Iees e Imes expõem precarização das universidades do setor

De 21 a 25 de maio, as seções sindicais do ANDES-SN nas Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes) intensificaram as atividades de mobilização para marcar a Semana Nacional de Lutas, conforme deliberação do 37º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em janeiro deste ano em Salvador (BA).

Na Bahia, a Semana Nacional de Lutas das Iees/Imes foi marcada por atividades culturais nas Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) em defesa da educação pública e contra o descaso do governador Rui Costa (PT) que há mais de 220 dias não se reúne com os docentes, negando aos professores o pagamento da recomposição salarial de 21,1% e a promoção, progressão e alteração de regime de quase mil docentes. Na Universidade do Estado da Bahia (Uneb) foi realizado café da manhã com roda de conversa, intervenções poéticas, passagens em salas de aula, carro de som, lançamento de livros, música ao vivo em defesa da Uneb, no campus de Salvador. Durante as atividades foram debatidos o déficit orçamentário da universidade, a falta de autonomia universitária, o desinteresse do governo do estado em lutar pelos problemas da comunidade acadêmica e a ausência de eficazes políticas de assistência e permanência estudantil.

Na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), o movimento docente realizou uma panfletagem no campus, ao longo do dia, e promoveu apresentações culturais, no dia 22, unindo música, poesia e luta. Docentes e estudantes denunciaram o descaso do governador da Bahia para com as demandas da comunidade acadêmica e recobram o ânimo dos presentes para enfrentar os ataques aos direitos e o arrocho salarial, considerado, o maior dos últimos 20 anos.

Música e poesia de resistência também ocuparam o campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), em Vitória da Conquista, no dia 22. O Sarau "Ueba Resistem" fez parte das atividades da Semana de Lutas das Iees e Imes do ANDES-SN e do Fórum das ADs. Durante a programação, docentes e estudantes fizeram falas sobre a conjuntura política nacional, a indisposição do governo Rui Costa para negociar e os cortes orçamen-



Professores da Uneb participaram de roda de conversa na Semana Nacional de Lutas

tários nas Ueba. Houve também manifestações artísticas contra o machismo, o racismo e a lgbtfofia.

Já na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), no dia 21, os docentes se uniram ao protesto dos funcionários terceirizados da limpeza contra o atraso no pagamento dos salários. Os trabalhadores realizaram uma barreira humana, às 5h, em frente ao pórtico, impedindo o acesso de campus. Paralelamente, foi realizada uma manifestação no local, que contou com o apoio da diretoria da Associação dos Docentes da Uefs (Adufs-SSind.), dos estudantes e técnico-administrativos. Os terceirizados ficaram em greve do dia 14 a 22 de maio por conta do atraso no pagamento dos salários, vale-transporte e auxílio-alimentação.

No Pará, o Dia Nacional de Lutas dos docentes da Universidade do Estado do Pará (Uepa) foi unificado com os do Ensino Básico. A manifestação ocorreu em frente à Secretaria de Estado de Administração (Sead) e os docentes foram vítimas de truculência policial durante o ato público. Os docentes da Uepa estão em greve desde o dia 8 de maio por mais financiamento à universidade, reajuste salarial de 30% e garantia de direitos trabalhistas, e ainda pela falta de diálogo por parte do governo de Simão Jatene (PSDB).

Na Paraíba, no dia 23, os docentes da Universidade Estadual (Uepb) se organi-

zaram no Fórum dos Servidores Públicos do Estado, onde foi realizada uma plenária com as demais categorias do funcionalismo público do estado para traçar estratégias de luta para a reposição salarial na sede do Sindicato dos Correios.

Os professores da Universidade Estadual do Ceará (Uece) realizaram, conjuntamente com estudantes e técnicos, no dia 24 de maio, o Dia em Defesa das Universidades Estaduais do Ceará. A atividade ocorreu pela tarde, em frente ao auditório central da universidade em Itaperi e, de lá, os manifestantes seguiram em cortejo pela cidade, onde realizaram uma aula pública expondo à sociedade cearense informações sobre o sucateamento das universidades estaduais e exigindo concurso público para efetivo por conta da defasagem de 454 professores - que tem prejudicado não apenas as condições de trabalho como a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão na universidade -, reposição salarial e contra a redução das bolsas estudantis.

Já os docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), organizaram um ato político-cultural no campus central, no dia 24, em defesa da universidade, contra os cortes e os atrasos salariais. A comunidade acadêmica reivindicou a garantia e ampliação do financiamento público nas instituições e contra a apropriação do fundo público pelo



No primeiro dia de greve, docentes da USP realizam manifestação contra a proposta do Cruesp de 1,5% de reajuste salarial.

capital privado. Em Mossoró, a programação ocorreu no Centro de Convivência do Campus Central.

No Piauí, no dia 21 de maio, docentes e estudantes da capital e do interior do estado, realizaram um dia de luta em defesa da Universidade Estadual do Piauí, por valorização da carreira docente e assistência estudantil.

As atividades na Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) foram suspensas nos dias 23 e 24 de maio para publicizar a precariedade nos vários campi. Professores, técnicos e alunos fizeram um protesto na Praça da Liberdade, que terminou com a elaboração de um documento que foi entregue aos deputados, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A reitoria da Uemg indicou um déficit de

R\$ 14 milhões em 2018 e a necessidade de R\$ 30 milhões para finalizar o ano letivo. Já os docentes da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), de Minas, saíram vitoriosos e decidiram encerrar a greve da categoria, no dia 10 de maio, após mais de três meses de luta, com os qual os docentes conquistaram a nomeação de 31 professores aprovados no concurso público de 2014, a abertura de 128 vagas para novos concursos e a assinatura do acordo para criação da nova carreira dos docentes universitários mineiros.

Segundo Caroline de Araújo Lima, 1ª vice-presidente da Regional Nordeste 3 do Sindicato Nacional e da coordenação do Setor das Iees/Imes, ressaltou que a semana de mobilizações foi importante para o movimento docente lutar por uma

educação pública superior de qualidade e para radicalizar o movimento, tendo em vista o sucateamento das universidades estaduais.

“As seções sindicais do ANDES-SN cumpriram a agenda da Semana de Lutas das Iees/Imes, que é uma decisão congressual, e as universidades estaduais usaram essa agenda nacional para marcar seu posicionamento em defesa da educação pública superior, fazendo paralisações, mobilizações e atividades político-culturais. Os governos estaduais estão tratando o ensino superior nos estados como um gasto e não investimento, aprofundada, pela conjuntura da Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela os gastos por 20 anos e sucateando os serviços básicos a população”, disse.

LUTA DAS ESTADUAIS PAULISTAS

Diante da proposta de reajuste salarial de apenas 1,5% por parte das reitorias da Universidade de São Paulo (USP), da Estadual de Campinas (Unicamp) e da Estadual Paulista (Unesp), os docentes das universidades estaduais paulistas estão se mobilizando para combater o arrocho salarial. O Fórum das Seis – que reúne as entidades sindicais de docentes e servidores técnico-administrativos e representações estudantis das Estaduais paulistas –, indicou a realização de assembleias e a deflagração de greve na última semana de maio.

Os docentes da USP aprovaram no

dia 22 de maio, em assembleia lotada, pela deflagração da greve a partir do dia 29 de maio, para lutar por um reajuste salarial digno, depois de dois anos de arrocho. A categoria deliberou um calendário de mobilizações, entre elas, a realização de um ato público durante a reunião do Conselho Universitário que votará o índice de reajuste de 1,5% proposto pelo Conselho de reitores.

No dia 25 de maio, os docentes da Unesp decidiram em assembleia geral extraordinária pela deflagração da greve, por tempo indeterminado, a partir do dia 30. Dados levantados pela Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp SSind.)

indicam que seria necessária uma reposição de 12,66% nos salários para os servidores da USP e Unicamp, e de 16,04% aos da Unesp para que a remuneração não fique defasada frente à inflação do período.

Já na Unicamp, após a realização de assembleias em suas bases, os professores decidiram paralisar as atividades por dois dias, 29 e 30 de maio, e manter ‘estado de mobilização’. Foi constituída uma comissão de mobilização e, nestes dias, os docentes realizaram manifestações em frente à sede do Conselho Universitário, no campus da universidade, e em outras localidades.

Teto de Gastos e ajuste fiscal estrangulam educação federal

Seis meses após o início da validade para a área da educação da Emenda Constitucional (EC) 95, do Teto de Gastos, as universidades, institutos e escolas públicas brasileiras já sofrem com a piora das condições de trabalho e estudo. O acúmulo de anos de subfinanciamento na educação pública brasileira piora ainda mais a situação, e reforçam a insustentabilidade, em curtíssimo prazo, da política adotada pelo governo ilegítimo de Temer.

Mas se, por um lado, as administrações das instituições têm respondido aos problemas orçamentários com demissões de trabalhadores terceirizados, corte de bolsas, aumento nos preços de Restaurantes Universitários (RU), entre outras medidas como a busca de financiamento através de emendas par-

lamentares, ficando de pires na mão em Brasília, as comunidades acadêmicas estão demonstrando disposição de luta para defender seus direitos e conquistar maior financiamento. É o caso, por exemplo, dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), que têm construído greves estudantis, ocupações e manifestações contra a política de estrangulamento financeiro da educação pública.

Teto de Gastos

A EC 95 limita, por 20 anos, as despesas primárias da União aos recursos do ano anterior corrigidos apenas pela inflação do período, para aumentar o superávit primário e destinar recursos ao pagamento de juros e amortização da dívida pública. A EC ainda altera o regime fiscal, propondo

o congelamento dos recursos destinados às áreas sociais, infraestrutura e despesa com pessoal por duas décadas.

Nos 21 anos anteriores à promulgação da Emenda apenas em quatro (1996, 2003, 2015 e 2016), o reajuste dos gastos públicos havia sido abaixo da inflação oficial (IPCA). Agora, mesmo que haja a volta de crescimento econômico, os investimentos seguirão limitados.

A educação, que ficou de fora do primeiro ano de validade da Emenda (2017), já perdeu parte significativa de seu orçamento com a Lei Orçamentária Anual de 2018. Uma comparação entre o orçamento aprovado em 2017 e o aprovado em 2018 mostra uma redução de 37% das verbas, sem sequer contar os possíveis futuros contingenciamentos e verbas não executadas. A pasta passou de um orçamento





de R\$ 5 bilhões no ano passado para R\$ 3,2 bilhões em 2018.

Este corte, no entanto, é mais forte ainda nos gastos de capital, que servem, por exemplo, para realização de obras e aquisições de material permanente. Os gastos de capital sofreram corte da ordem de 94,21% de 2017 para 2018, e já haviam sofrido cortes muito altos em relação a 2016, segundo levantamento da Associação Nacional Dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Houve também corte nas chamadas receitas próprias, da ordem de 10%, o que atingiu mais fortemente a UnB, que é uma das universidades que mais se utiliza deste recurso.

Brasília

Elo mais fraco das comunidades acadêmicas, os trabalhadores terceirizados são os que mais forte e mais rápido têm sofrido as consequências do Teto de Gastos e dos demais projetos de ajuste fiscal. Apenas na UnB, de acordo com o Sindicato dos Técnico-Administrativos da instituição (Sintfub), mais de mil trabalhadores foram demitidos desde o final de 2017. 533 deles foram demitidos desde o início do mês de maio, sendo 230 da limpeza, 27 da vigilância, 83 de portaria, 80 motoristas, 46 copeiros, 47 da jardinagem e ao menos 20 da manutenção. A reitoria da UnB ainda aumentou o preço do RU e encerrou mil contratos de estágio.

Os servidores da UnB entraram em greve contra as demissões, assim como os estudantes, que primeiro ocuparam a reitoria da instituição e depois decretaram o movimento paredista. Grandes

manifestações públicas contra os cortes e as demissões, e exigindo investimentos públicos na educação pública, foram realizadas na capital federal. Os estudantes foram duramente reprimidos pela Polícia Militar do Distrito Federal durante ato em frente ao Ministério da Educação (MEC), na Esplanada dos Ministérios em 26 de abril.

A ocupação estudantil da reitoria da UnB foi encerrada no início de maio, após 16 dias. Os estudantes e a administração da universidade acordaram alguns pontos, como: o estabelecimento imediato de interlocução com as empresas prestadoras de serviços para recomendar que não emitam avisos prévios de demissão aos trabalhadores antes da consumação das repactuações nos contratos, bem como que sejam revogados os avisos prévios já emitidos; manifestar repúdio a abusos cometidos contra trabalhadores terceirizados por parte de supervisores; dar amplo conhecimento à comunidade universitária de que não haverá cortes na assistência estudantil em 2018; e não penalizar os estudantes ocupantes, entre outros pontos.

No dia 19 de abril, foi realizada uma mesa pública realizada na UnB, com a presença de representantes dos estudantes, técnicos, docentes, trabalhadores terceirizados e da administração da universidade, além da coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, e da deputada federal Érica Kokay (PT/DF), que mediou o debate. O Ministério da Educação também foi convidado a participar do debate e havia confirmado presença, mas não compareceu, o que indignou os mais de 300 presentes.

Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, participou da atividade e destacou que o ataque pelo qual passa a Universidade de Brasília não é uma realidade isolada, mas que atinge tanto as universidades federais quanto as estaduais e municipais. “É fundamental entender o que está por trás desses ataques. Na avaliação do ANDES-SN, é um projeto de educação privatista referenciado no Acordo de Bologna para privatizar as universidades por dentro”, apontou, lembrando, também, a situação das universidades estaduais, em muitas das quais as comunidades acadêmicas vêm sofrendo com atrasos e não pagamento de salários, cortes de bolsas, demissões de trabalhadores, descumprimentos de acordos.

“Os impactos da Emenda são muitos. Há corte de bolsas de pesquisa, de extensão, de assistência estudantil, além de demissão de terceirizados. Em algumas universidades a situação é mais crítica, o que foi um grande estopim para o início de mobilizações estudantis. Em outras, os contratos de terceirizados estão sendo revistos, eles estão sendo demitidos sem ao menos comunicar a comunidade acadêmica. Começamos a perceber no cotidiano das nossas universidades a diminuição do número destes trabalhadores”, explicou.

Mato Grosso

Os estudantes da UFMT também deflagraram greve (nos campi de Sinop e Araguaia e em dezenas de cursos do campus Cuiabá), além de ocupar os campi de Sinop e Araguaia e alguns institutos no campus da capital mato-grossense. Eles lutam contra o aumento do preço

do Restaurante Universitário (RU) de R\$ 1,00 para R\$ 5,00.

A reitoria da UFMT anunciou em fevereiro o aumento da refeição no RU, administrado por uma empresa terceirizada. Atualmente, os estudantes de todos os campi pagam R\$ 0,25 pelo café da manhã e R\$ 1 para almoço e do jantar. Os valores seriam reajustados para R\$ 5 o almoço e do jantar e para R\$ 1,50, o café da manhã.

Os docentes da UFMT, organizados na Associação dos Docentes da instituição (Adufmat – Seção Sindical do ANDES-SN), aprovaram indicativo de greve no início de maio, demonstrando posição contrária ao aumento do preço do RU e para exigir que a reitoria abra suas contas e comece um debate sobre o orçamento da universidade. A Adufmat-SSind também manifestou seu repúdio à criminalização do movimento estudantil e dos movimentos sociais no âmbito da UFMT, denunciando a presença da Polícia Militar mato-grossense nos campi da instituição durante assembleias e manifestações.

Avaliação

Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, considera que as mobilizações estudantis de agora estão acontecendo porque os efeitos da EC 95 já chegaram ao cotidiano das universidades. “Tanto a UnB como a UFMT são expressões do maior impacto da EC 95 nas universidades públicas. Na

UFMT, a reitoria queria subir o preço do RU de 1 para 5 reais, esse é um aumento absurdo e é impossível de ser incorporado pelos estudantes, porque não tem nenhum diálogo com a realidade da vida dos trabalhadores”, destacou Eblin.

Segundo a presidente do Sindicato Nacional, a reação dos estudantes tem que ser apoiada pelos docentes, porque é uma reação legítima à desestruturação concreta que enfrentam as IES. “Docentes têm sofrido com corte de bolsas de pesquisa e extensão, por exemplo, mas continuam seguindo suas atividades, tentando se adaptar à precarização. Certamente, essa mobilização dos estudantes é apenas uma ponta do que vamos começar a sentir no restante de 2018”, complementou.

Para Eblin, a universidade pública não será capaz de resistir a vinte anos de cortes sucessivos de verba. “Esse pacote de desestruturação da universidade pública, aliado às alternativas que eles querem dar, descaracteriza o sentido público da universidade e a essência do que é uma instituição pública. Restará apenas uma “casca” de pública, mas por dentro vai estar altamente privatizada e mercantilizada”, concluiu.

Lutas docentes

A carreira dos docentes federais também não passa ilesa à política de ajuste fiscal e à Emenda Constitucional

do Teto dos Gastos. Para a categoria, as leis que desorganizaram a carreira, a partir de 2012, resultantes de acordos não assinados pelo ANDES-SN, jogam um papel ainda mais nocivo, diante do cenário constituído após a aprovação da Emenda Constitucional 95.

O Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN está atuando para aprofundar o debate no sentido de organizar a luta em conjunto com os demais Servidores Públicos Federais, em todos os estados, para superar não apenas as consequências da EC95, mas também as restrições orçamentárias anteriores oriundas de políticas pactuadas a partir de cortes orçamentários seletivos dentro do espectro do “ajuste fiscal”.

No dia 2 de março, por exemplo, o governo federal recebeu os representantes do Fonasefe e Fonacate para tratar da pauta de reivindicações dos Servidores Federais. Augusto Akira Chiba, secretário de gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog), justificou que o governo não tem recursos para atender a pauta dos SPF em razão da Emenda Constitucional 95/16 e alegou que a União deve destinar o que existe para o combate à febre amarela e para a intervenção militar no Rio de Janeiro. Ou seja, o próprio governo criou a restrição orçamentária para justificar os cortes de investimentos seletivos no serviço público. Nessa reunião, ficou





acordada uma nova agenda até o dia 10 de abril, o que não ocorreu.

Nesse mesmo tempo, a Medida Provisória 805/2017, que adiava os reajustes dos acordos válidos e majorava a alíquota de contribuição previdenciária, editada no final do ano passado, também perdeu a validade. Entretanto, em diversos estados da União, este aumento de contribuição já foi imposto aos servidores estaduais e municipais, e outros ataques não param de chegar, como a proposta de diminuir os salários iniciais dos SPF, instaurando carreira única com 30 graus de progressão.

Mobilização dos Servidores Federais

O Fórum Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e o Fórum Nacional Permanente de

Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) se reuniram no dia 15 de maio em Brasília e debateram os próximos passos da mobilização dos servidores públicos.

Na reunião, foi definida a necessidade de construção de um Dia Nacional de Lutas em Defesa dos Serviços Públicos e pela valorização dos servidores. As entidades que compõem os fóruns irão consultar as suas bases, por meio de assembleias, sobre a possibilidade de construção desta data de luta em 7 de junho.

A proposta para o início do mês de junho é que os servidores saiam às ruas em defesa da Campanha Salarial dos SPF que, entre outras pautas, reivindica a correção salarial de 25,63% e a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/16 - do Teto de Gastos -, da Reforma Trabalhista e da Lei das Terceirizações. Antes disso,

em 23 de maio, quarta-feira, os servidores realizaram atividade de panfletagem nos estados e municípios para expor à população os ataques do governo aos serviços públicos e aos direitos dos trabalhadores.

“No campo do serviço público, o que há de novidade são as lutas conjuntas entre Fonasefe e Fonacate, que levarão ao Dia Nacional de Lutas em Defesa dos Serviços Públicos em 7 de junho. Temos que aproveitar o caldo da mobilização dos caminhoneiros, petroleiros, motoqueiros, docentes de educação básica, etc., para retomar o patamar de mobilização do primeiro semestre de 2017. Para isso é fundamental que as centrais sindicais convoquem imediatamente uma Greve Geral. O apelo para os servidores públicos é que eles pressionem suas centrais para convocação dessa Greve”, completa Eblin Farage, presidente do ANDES-SN.



TETO DE GASTOS PODE AUMENTAR MORTALIDADE INFANTIL

Um estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e publicado na revista científica estadunidense *Plos Medicine* aponta que o Teto de Gastos poderá ter um impacto direto na mortalidade infantil no Brasil. Os pesquisadores fizeram uma simulação de quantas mortes de menores de cinco anos poderiam ser evitadas até 2030 caso os pro-

gramas Bolsa Família e Estratégia de Saúde da Família tivessem seus orçamentos aumentados de forma proporcional ao acréscimo no número de pobres no país. Seriam 19.732 mortes a menos até 2030 em comparação com o cenário de que os orçamentos aumentem apenas segundo a inflação do ano anterior, como prevê a Emenda Constitucional 95.

Greve de caminhoneiros **explicita política de privatização** da Petrobras



A greve de caminhoneiros, que teve início no dia 21 de maio e paralisou o país, escancarou a política de privatização da Petrobras e de precificação dos combustíveis no país. Apesar do pronunciamento do presidente Michel Temer, na noite de domingo (27), sobre a redução em R\$ 0,46 no litro do diesel, acordada com entidades da categoria como "solução" para o conflito, os caminhoneiros seguiram parados em vários locais. Outros setores de trabalhadores também já se organizam para greves e paralisações.

A redução no valor do combustível é apenas uma das pautas apresentadas pelas entidades da categoria, que resulta, também, na recomposição dos lucros empresariais. Esta "solução" tem ainda um alto custo fiscal, que será financiado pelo Tesouro Nacional e também repassado à população com o aumento de tributos. A política de preços da empresa, no entanto não será alterada, conforme afirmado pelo presidente da Petrobras, Pedro Parente, com o objetivo de tranquilizar os investidores e credores da empresa. Ou seja, mais uma vez o governo privilegia os lucros dos setores privados e repassa as perdas para os trabalhadores.

Caráter policlassista

Inicialmente, devido à característica policlassista da mobilização – que reúne trabalhadores assalariados, autônomos precarizados e também envolve interesses empresariais – o mesmo foi visto com certa ressalva pelas entidades sindicais e movimentos de esquerda, o que prejudicou a solidariedade de classe e a compreensão imediata da disputa de pautas colocadas pelos trabalhadores, em grande parte superexplorados, reivindicando melhores condições de trabalho e salários dignos e uma política de preços voltada para o atendimento preferencial das necessidades sociais da população.

As primeiras ações que desencadearam a greve foram impulsionadas pela Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), que, em 15 de maio, protocolou ofício com duas reivindicações centrais: congelamento do preço do diesel e fim da cobrança dos pedágios sobre eixos suspensos. A partir da ausência de resposta do governo, a greve foi deflagrada no dia 21, incorporando à pauta a defesa do novo marco regulatório dos transportes. Outras entidades passaram a ter atuação destacada, em especial a Associação

Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam).

Por outro lado, há reivindicações trabalhistas de grande importância que contrariam os interesses patronais, em especial a política de preços mínimos dos fretes – proposta contida no PL 528/2015 parado no Senado Federal – e o novo marco regulatório, que prevê avanços importantes nos direitos dos caminhoneiros empregados, como o tempo mínimo de repouso de 11 horas diárias e o pagamento das horas de espera pela carga.

Apoio

A greve recebeu apoio de diversas entidades sindicais como o ANDES-SN e a CSP-Conlutas. Em nota divulgada no dia 25, o Sindicato Nacional manifestou sua solidariedade à greve nacional dos caminhoneiros que se alastrava pelo país. “Não é sem contradições que essa mobilização ocorre, mas diferentemente de outros momentos em que os interesses patronais paralisaram o setor, boa parte das reivindicações dos caminhoneiros nesta luta é justa e em sintonia com os interesses da classe trabalhadora”, ressaltou a entidade.

A direção nacional rechaçou ainda a desastrosa política econômica do Governo Temer, denunciando o desmonte de

empresas estatais estratégicas, como a Eletrobras e Petrobras, o que representa a entrega do patrimônio estatal brasileiro para a lucratividade dos empresários.

A diretoria do Sindicato Nacional também conclamou as seções sindicais a se empenharem em convocar imediatamente assembleias gerais para “discutir a conjuntura e se articularem com as Frentes, Comitês, Plenárias entre as categorias e Fóruns nos municípios e estados para realizar ações de solidariedade junto aos caminhoneiros e fortalecer a mobilização contra as políticas do governo, unificar as lutas em curso no país e exigir das centrais sindicais a convocação de uma nova Greve Geral em defesa dos direitos sociais, contra a EC 95 e a Reforma Trabalhista e pelo Fora Temer!”

Suspensão das atividades nas IES

A greve dos caminhoneiros teve impacto em vários setores inclusive na educação. Diversas universidades públicas e institutos federais suspenderam seus calendários acadêmicos devido à dificuldade de deslocamento da comunidade. Os sindicatos dos trabalhadores técnicos-administrativos têm cobrado das reitorias o abono do ponto, uma vez que houve a suspensão do calendário, mas não uma definição de que os trabalhadores não serão penalizados em caso de falta.

CSP-Conlutas chama greve geral

A reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, realizada em São Paulo entre 25 e 27 de maio, reafirmou em resolução pública o apoio à greve dos caminhoneiros e repudiou o governo Temer e o decreto que autoriza a intervenção militar e das forças federais de repressão para acabar com a paralisação dos caminhoneiros.

A CSP-Conlutas manteve também o seu chamado a todas as centrais sindicais a convocar Greve Geral. “Chamamos as centrais sindicais a se reunirem imediatamente e tomar uma posição enérgica. É preciso parar o país, é preciso aumentar as

manifestações em apoio aos caminhoneiros, contra a intervenção do Exército, é preciso uma Greve Geral, para lutar por uma pauta que enfrente os principais problemas dos trabalhadores”.

Paralisação dos Petroleiros

Outra categoria estratégica começa a organizar uma paralisação nacional. São os petroleiros que, desde a última sexta-feira (25), vêm realizando protestos e suspensão na troca de turnos em várias bases. Há houve suspensão na troca de turno (rendição) e atraso na entrada em refinarias como a Revap, em São José dos Campos (SP), Replan, em Campinas (SP), Regap (MG), RPBC, em Cubatão (SP), Refap (RS), Reduc (RJ) e Rnest (PE). A categoria deu início à Greve Nacional Petroleira nesta quarta-feira (30), conforme anunciado pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e pela Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Segundo Gustavo Marun, da secretaria geral e de comunicação do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), a FUP está convocando uma greve de advertência de 72 horas e FNP, que já tinha aprovado o estado de greve nas suas bases, vai deflagrar a paralisação por tempo indeterminado, a partir de amanhã. A paralisação dos trabalhadores da Petrobras tem como pauta principal a revisão da política de preços adotada pela empresa e em defesa da Petrobras pública e 100% estatal.

“Tem uma questão, que está muito em voga que é a precificação dos combustíveis. A Petrobras está subordinada a uma lógica de uma empresa privada comum, que só visa o lucro. E esse não é o propósito da empresa. A Petrobras é uma empresa que lida com petróleo, com energia, o que tem muito a ver com a soberania do país, com a indução ao desenvolvimento”, explicou Gustavo.

De acordo com Marun, a política praticada por Pedro Parente tem como objetivo privatizar as refinarias. “Estamos em defesa da própria existência da Petrobras, contra a política de preços subordinada a uma lógica

de mercado, e pela manutenção da empresa pública e estatal e contra a privatização das refinarias, conforme foi anunciado. Acharmos que o Pedro Parente não tem condições de estar à frente da empresa, pois ele está colocando em cheque a própria estabilidade do país, na medida em que força a barra para manter os preços ‘na estratosfera’, ele está, inclusive, prejudicando a própria empresa”, afirmou.

O dirigente do SindipetroRJ explicou ainda que o preço praticado pela Petrobras está tão alto que permitiu à concorrência importar derivados, o que impactou na ociosidade das refinarias brasileiras. “Começaram a entrar outros atores no mercado e a gente perdeu uma fatia grande de mercado e tivemos que baixar a produção das nossas refinarias. Até do ponto de vista estritamente financeiro e empresarial essa política está equivocada. Acharmos que o Estado tem um papel muito importante enquanto controlador da empresa e tem que garantir a soberania e a estabilidade econômica do país”, completou.

Política de precificação

A Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet) se pronunciou publicamente, através de nota, para também denunciar a política de preços de combustíveis adotada pela Petrobras, desde outubro de 2016, a partir de quando foram praticados preços mais altos que viabilizaram a importação por concorrentes.

“O diesel importado dos EUA que, em 2015, respondia por 41% do total dois anos depois superou 80% do total importado pelo Brasil”, apontou a Aepet.

A associação denuncia também que outra falácia propagada pelo governo é a suposta “quebra da Petrobras”, em consequência dos subsídios concedidos entre 2011 e 2014. “A verdade é que a geração de caixa da companhia neste período foi pujante, sempre superior aos US\$ 25 bilhões, e compatível ao desempenho empresarial histórico”, relatou.

**Com informações da CSP Conlutas, do Esquerda Online e da Aepet*



GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA / US\$ BILHÕES

| 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 33,03 | 27,04 | 26,03 | 26,60 | 25,90 | 26,10 | 27,11 |

**Dados da AEPET*

Após 130 anos de abolição, **negros seguem lutando** por reparação

A data 13 de maio de 1888 entrou para a história brasileira como o dia em que a escravidão foi abolida legalmente no país, através da assinatura da Lei Áurea, pela princesa Isabel. Apesar do marco histórico, 130 anos depois, negras e negros ainda enfrentam, cotidianamente, as consequências dos mais de 350 anos de escravidão no país. O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão.

Cláudia Durans, 2ª vice-presidente e uma das coordenadoras do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, ressalta que, apesar da soltura de milhares de escravos, não foram assegurados ganhos materiais ou simbólicos para que a população negra fosse socialmente inserida e tivesse acesso à educação, saúde, moradia, etc.

“Por trás desse evento, se vincula a ideia de benevolência da princesa Isabel, lembrada como ‘redentora’, mas a história não revela que, da corrosão do sistema

escravista, também fez parte a resistência dos negros escravizados, a exemplo dos quilombos e outras formas de luta”, avalia Cláudia.

Diversas rebeliões de escravos ocorreram nos quilombos ou em áreas urbanas, como a Revolta dos Malês, deflagrada em 1835, em Salvador (BA). Os atos de resistência liderados por escravos ou negros libertos exigiam o fim da escravidão. A semente para a abolição também foi plantada por movimentos negros, advogados, escritores e jornalistas negros que utilizaram a imprensa e outros meios de expressão para defender a liberdade e a garantia dos direitos dos escravizados e mais tarde dos recém-libertos pela Lei.

Pós-abolição

Um ano após a abolição da escravatura, foi proclamada a República no Brasil, em 1889. Mesmo com a mudança no sistema político, a população negra, mais uma vez, foi deixada à margem da sociedade. Livres no papel, os negros recém-libertos enfrentaram o desafio do desemprego,

da falta de moradia, do acesso à saúde, educação e outras políticas públicas.

“No período pós-abolição, a maioria da população negra foi jogada a uma situação de ‘marginalização’ social, ocupando palafitas e favelas. Em quase sua totalidade estava desempregada ou trabalhando em serviços precarizados. Passados 130 anos da abolição, a situação de hierarquização social e discriminação racial se mantém em todas as instituições sociais, constituindo um racismo estatal e institucional”, criticou a 2ª vice-presidente do ANDES-SN.

Para Cláudia Durans, a Lei Áurea é considerada apenas uma conquista jurídica, já que a população negra permaneceu em uma situação desprivilegiada e com o encargo de lutar contra o preconceito racial e por melhores condições de vida. “Em contraponto a esse discurso oficial, o movimento negro reconhece e indica o dia 13 de maio como Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo e para lembrar o nascimento do escritor negro Lima Barreto, que nasceu antes do fim

HOMICÍDIOS

A cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, de acordo com o Atlas da Violência 2017. Homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país. Entre 2005 e 2015, houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não-negros (brancos, amarelos e indígenas) diminuiu 12,2%. O mesmo ocorre quando a mortalidade atinge as mulheres.

Enquanto a mortalidade de não-negras caiu 7,4% entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22%. Em 2016, 65,3% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, na evidência de que a combinação entre desigualdade de gênero e racismo é extremamente perversa e configura variável fundamental para compreender a violência letal contra a mulher no país.



da escravidão no país, em 1881. Já a tão propagada liberdade é comemorada no dia 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, e no 25 de julho que é o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha”, explicou.

13 de maio: Dia de Luta e Denúncia

A data 13 de maio para a população negra não tem efeito de comemoração, mas sim de um dia de luta contra o racismo, a exploração e o genocídio da população negra no Brasil. Neste ano, no dia

12 de maio, ocorreram dois grandes atos para denunciar os 130 anos de abolição sem reparações nas cidades de São Luís (MA) e Rio de Janeiro (RJ), organizados pelo Setorial de Negras e Negros da CSP-Conlutas, juntamente com outros movimentos negro, popular e sindicatos. “As marchas tiveram como objetivo ajudar na reorganização do povo negro para responder aos desafios e necessidades do povo negro do Brasil hoje, após 130 anos, retomando as pautas de reparações históricas, porque o Estado brasileiro teve uma política racista de extermínio da população negra e a colocou exatamente no local que nos encontramos hoje, vítimas de genocídio, encarceramento em massa, desemprego, precarização no trabalho e feminicídio [ver box 2]”, criticou a diretoria do Sindicato Nacional.

Agenda Regressiva

O aprofundamento da política de ajuste fiscal e os recorrentes cortes no orçamento da União, intensificados nos últimos anos, atingem diretamente serviços públicos como saúde, educação, moradia, transporte e, conseqüentemente, as pessoas que mais se beneficiam deles, a população negra e periférica. A aprovação das leis da Terceirização, Trabalhista e da Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela os gastos públicos por 20 anos-, são duros ataques à população negra, em especial, às mulheres, que enfrentam, cotidianamente, as violações sistemáticas do Estado Democrático de Direito. “Os ataques são destinados à população quilombola; à juventude negra quando é assassinada, quando lhe negam o



acesso à educação; às mulheres negras, que enfrentam relações precárias de trabalho e são ainda mais prejudicadas com as contrarreformas”, lamenta Cláudia.

ANDES-SN

Durante décadas, o ANDES-SN vem construindo políticas de combate ao racismo e, principalmente, de reconhecimento à necessidade de políticas de reparação à população negra. Neste ano, no 37º Congresso, realizado em janeiro, na cidade de Salvador (BA), os docentes deliberaram pela continuidade da luta na aplicação da Lei nº 11645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; pela construção de uma cartilha sobre o combate e as formas de denúncia de racismo, e de outras formas de opressões; pelo levantamento, via seções sindicais, de informações sobre as experiências das Comissões de autodeclaração Étnico-Racial das IES; além das lutas pela implementação nas instituições de cursos de formação de professores que atendam as especificidades dos estudantes quilombolas e indígenas, pela garantia ao acesso e permanência da população negra nas IES, no âmbito da graduação e pós-graduação, e lutar ainda pela aplicação da Lei nº 12.990/14, que garante cotas no serviço público.

“As políticas de reparação são muito importantes, porém é preciso ir além e discutir a situação dos territórios quilombolas e indígenas, a necessidade de fazer a Reforma Agrária, combater o agronegócio, garantir educação e saúde públicas de qualidade para a população negra, e realizar uma reforma urbana, garantindo o direito à moradia digna para pessoas, ao lazer e esporte, além da revogação imediata das

O dia 20 de novembro virou a Lei nacional nº12.519/11, quando foi instituído oficialmente o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, homenageando o principal representante da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial e que liderou o Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos dos engenhos, por índios e brancos pobres expulsos das fazendas. Já o 25 de julho é o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. No Brasil, o dia também é em homenagem à Tereza de Benguela, líder quilombola que se tornou rainha, resistindo bravamente à escravidão por duas décadas.

leis de Terceirização, Trabalhista, da EC 95”, disse a docente.

Racismo institucional

Mais de 60% da mortalidade materna ocorre entre mulheres negras, contra 34% da mortalidade entre mães brancas. A hipertensão, a hemorragia e o aborto são as principais causas de óbito materno entre mulheres negras. Em 2002, pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz revelou que gestantes negras recebiam menos anestésicos no parto. No fim de 2006, o então Ministro da Saúde, Agenor Álvares, admitiu a existência de um racismo institucional no SUS, declaração que foi rechaçada pela classe médica em geral.

Diferença Salarial

Dados divulgados, este ano, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2016, revelam que em termos salariais, nas grandes regiões, os homens brancos ocupados ganhavam, em média, R\$ 2.306 e as mulheres brancas R\$ 1.764. Quando é feito o recorte racial, os homens negros ganham R\$ 1.624 e as mulheres negras R\$ 1.283.

População carcerária

No Brasil, a população carcerária brasileira ultrapassou, pela primeira vez na história, a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade. Destas, 64% são pessoas negras, segundo as informações do Infopen, o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, referentes ao ano de 2016. Entre as mulheres, 62% da população prisional feminina é composta por mulheres negras.

Chapa 1 vence a eleição para diretoria do ANDES-SN biênio 2018/2020

Conforme divulgado pela Comissão Eleitoral nessa terça (15), a “Chapa 1 – ANDES Autônomo e de Luta” conquistou 51,71% do total de votos

A Comissão Eleitoral Central (CEC) divulgou na manhã desta terça-feira (15), o resultado final da computação dos votos da eleição para a nova diretoria do ANDES-SN, que estará à frente do Sindicato Nacional durante o biênio 2018-2020. A Chapa 1 “ANDES Autônomo e de Luta” foi eleita com 51,71% dos votos dos eleitores que compareceram às urnas de todo o país, nos dias 9 e 10 de maio.

Do total docentes aptos a votar (69.152), 24,42% compareceram às urnas, ou seja, foram 16.887 votantes. Desses, 8.732

(51,71%) votaram na chapa 1; 7.215 (42,73%) na chapa 2; 481 (2,85%) em branco; e 459 foram votos nulos (2,72%). A votação ocorreu, através de voto direto e secreto, nas secretarias regionais e em 99 seções sindicais do Sindicato Nacional em todo o país.

Segundo Alexandre Galvão Carvalho, presidente da Comissão Eleitoral Central (CEC), a participação de duas chapas e o envolvimento dos docentes no pleito eleitoral mostram que o ANDES-SN é um espaço democrático e o representante legítimo da categoria docente. “O Sindicato Nacional sai fortalecido depois desse processo eleitoral para as lutas vindouras, na medida em que a eleição envolveu toda a categoria”, comentou.

Avaliação

Antônio Gonçalves Filho, presidente eleito da Chapa 1, parabenizou o trabalho da CEC e das comissões locais, bem como os candidatos da Chapa 2 e destacou a participação da categoria docente no processo eleitoral.

“A base do ANDES-SN se manifestou de forma democrática e decidiu manter o sindicato com autonomia e independência em relação a governos, partidos e reitorias. A base referendou a linha política na qual o nosso sindicato historicamente tem seguido, mesmo diante de uma conjuntura muito desfavorável de ruptura democrática e retirada de direitos”, afirmou.

“A nossa base precisa estar unida na defesa dos nossos direitos e da democracia, porque o cenário é desfavorável para todos nós e temos que estar preparados para os desafios postos, seja qual for o governo eleito nas próximas eleições”, disse.

Para Celi Taffarel, que concorreu à presidência do ANDES-SN pela Chapa 02, o resultado das eleições e a ampla participação no pleito muda as relações da base do sindicato com a sua direção.

“A qualidade de nossa intervenção e a existência do Fórum Renova ANDES, agrupamento amplo, espreado em todo o país, sai fortalecido desta etapa, tanto pelo número de jovens e veteranos professores e professoras engajados, quanto pelo resultado numérico e, em especial, pelo expressivo apoio de professores e professoras, pesquisadores, dirigentes de entidades sindicais, científicas, acadêmicas, movimentos populares e da juventude”, ressaltou Celi.

“As lições e tarefas deixadas pela campanha nos mostram que o trabalho não cessa e que agora temos pela frente o desafio de fortalecer o ANDES-SN visto que a maioria dos docentes que ingressaram nas carreiras de MS e EBTT no último período, a partir da expansão das instituições, não estão filiados, muitos filiados se desfiliam, muitas seções estão na iminência de deixar a base do ANDES-SN, o que fica evidente no fato de que muitas seções sindicais não estão repassando recursos ao ANDES-SN. Grande parte da categoria dos docentes não se identifica, não se sintoniza, não reconhece a relevância e a função social do sindicato”, completou.

A posse da nova diretoria eleita ocorrerá em Fortaleza (CE), durante o 63º Conad, no dia 28 de junho.

